

N.F. Nº - 206880.0031/19-9
NOTIFICADO - BERTALK AGRÍCOLA LTDA
NOTIFICANTE - EDIMAR NOVAES BORGES
ORIGEM - INFAZ SERTÃO PRODUTIVO
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 09.07.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0201-06/21NF-VD

EMENTA: MULTA. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. ENTRADA DE MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. Impugnante alega ocorrência de decadência do lançamento, com base na Sumula nº 12 do CONSEF/BA. Notificante considera que o prazo decadencial deverá ser contado do primeiro dia seguinte àquele em que ocorrido o fato gerador, conforme disposto no art. 173, inciso I do CTN. Os fatos geradores, apurados na ação fiscal, referem-se ao período de 31/01/2014 a 31/12/2014. Ciência do lançamento ocorreu somente em 02/03/2020, Decorrido prazo superior a 05 (cinco) anos. Decadência caracterizada nos termos da Súmula nº 12 do CONSEF/BA. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 26/09/2019, exige do Notificado multa no valor de R\$3.259,02, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 16.01.02: deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) não tributável (eis), sem o devido registro na escrita fiscal.

Enquadramento Legal: art. 217 e 247 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso IX da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva, por meio de procurador, (fls. 14 a 29), alegando inicialmente a tempestividade da impugnação e reproduzindo o conteúdo da Notificação. Prossegue afirmando a ocorrência do instituto da decadência, no presente lançamento, com base na Sumula nº 12 do CONSEF/BA.

O Defendente expressa o entendimento que, como a ciência ocorreu em 02/03/2020, todo o período objeto do lançamento foi alcançado pela decadência, vez que esta ocorre decorrido 05 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, o que já se encontra pacificado nos tribunais pátrios.

Finaliza a peça defensiva, requerendo a improcedência do lançamento.

O Notificante, na Informação Fiscal (fls. 32 e 32-verso) reproduz a impugnação do contribuinte e considera que o prazo decadencial deverá ser contado do primeiro dia seguinte àquele em que ocorrido o fato gerador, conforme disposto no art. 173, inciso I do CTN. Afirma que, para os fatos geradores de 31/01/2014 a 31/12/2014, o direito da Fazenda Pública Estadual de constituir o crédito somente decai em 01/01/2020, e que o procedimento fiscal teve início e conclusão no exercício de 2019, respeitando o estabelecido no § único do art. 173 do CTN, que transcreve.

Finaliza a informação requerendo a procedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado multa no valor de R\$3.259,02, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da entrada de mercadorias não tributáveis no estabelecimento notificado, sem o devido registro na escrita fiscal. Em síntese, o Impugnante alega: 1) a ocorrência do instituto da decadência, no presente lançamento, com base na Súmula nº 12 do CONSEF/BA; 2) que, como a ciência ocorreu em 02/03/2020, todo o período objeto do lançamento foi alcançado pela decadência, vez que esta ocorre decorrido 05 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, o que já se encontra pacificado nos tribunais pátrios.

Na Informação Fiscal, o Notificante considera que o prazo decadencial deverá ser contado do primeiro dia seguinte àquele em que ocorrido o fato gerador, conforme disposto no art. 173, inciso I do CTN. Afirma que, para os fatos geradores de 31/01/2014 a 31/12/2014, o direito da Fazenda Pública Estadual de constituir o crédito somente decaiu em 01/01/2020, e que o procedimento fiscal teve início e conclusão no exercício de 2019, respeitando o estabelecido no § único do art. 173 do CTN, que transcreve.

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados, de forma e compreensível, os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Compulsando os documentos presentes nos autos, verifico que o lançamento se refere a Notas Fiscais de Entrada não lançadas no período de Janeiro/2014, Maio/2014; Setembro/2014, Novembro/2014 e Dezembro/2014 (fls. 04 e 05) e que a lavratura da Notificação Fiscal ocorreu em 26/09/2019. Observo, também, que a Intimação, para que o contribuinte efetivasse a impugnação, ocorreu em 19/02/2020 (fl. 10), assim como que a ciência desta ocorreu em 02/03/2020 (fl. 11), portanto decorrido lapso temporal superior a 5(cinco) anos e, indubitavelmente, atingido pelo instituto da decadência nos termos da Súmula do CONSEF/BA nº 12, a seguir transcrita.

“Para efeito da contagem do prazo decadencial, o lançamento só se aperfeiçoa com a ciência do contribuinte acerca do auto de infração.”

Cabe ressaltar que, esta foi Súmula foi exarada tendo como fonte a jurisprudência predominante do Conselho, assim como as seguintes referências legislativas: art. 150, § 4º, do CTN; art. 173 do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **206880.0031/19-9**, lavrada contra **BERTALK AGRÍCOLA LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de junho de 2021.

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR